



## DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo licitatório nº 06/2014

Pregão presencial com registro de preços nº 04/2014

Recorrente: Amazônia Equipamentos Eireli - EPP

Recorrida: NKS Indústria de Máquinas Eireli - ME

Vistos e etc ...

### 1. DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto no processo licitatório modalidade pregão presencial nº 04/2014, apresentado, tempestivamente, pela empresa Amazônia Equipamentos Eireli - EPP em face da empresa NKS Indústria de Máquinas Eireli - ME, vencedora do Lote 12, com base nas seguintes alegações:

1. O número de bicas de alimentação especificadas no edital é de 24 unidades e a proposta apresentada pela empresa NKS Industrial é de 22 unidades.
2. Exigência de piso chapa em xadrez antiderrapante por toda a plataforma. A empresa NKS Industrial ofertou uma plataforma com piso em tela expandida.

3. A plataforma elevada deve oferecer em toda a sua extensão "apoio de descanso para os pés dos operadores da triagem em ambas as laterais. A empresa NKS Industrial não dispõe de tal item em seu projeto.
4. Dispositivo de segurança de controle e painel para três inversores e botão de parada de emergência. A empresa NKS Industrial oferece em seu projeto, um quadro de comando, da linha de triagem em local onde os operadores teriam que descer da para ter acesso ao comando.
5. A calha de saída de rejeitos da esteira de triagem é oferecida pela empresa NKS Industrial em seu projeto uma calha de saída incompatível para a logística de trabalho, por não possuir altura e espaço entre as escadas.

Diante dos itens tidos como irregular pela Recorrente, a mesma apresenta uma tabela, com um possível custo de materiais a serem utilizados para adequação das irregularidades, que totalizam R\$ 12.180,00 (doze mil, cento e oitenta reais).

Afirma que a proposta da empresa NKS Industrial, vencedora do Lote 12 do certame, é inexequível e certamente trará prejuízos à administração pública. Afirma ainda que a vencedora do certame não atendeu o edital.

Devidamente citada, a Recorrida NKS industrial apresentou, tempestivamente, impugnação aos fatos alegados pela Recorrente, nos seguintes termos:



1. erro no endereçamento; ausência de dados essenciais da petição; que o responsável pelo recurso não guarda qualquer vínculo com a empresa;
2. justificativas de todos os itens apontados como irregulares pela Recorrente.

É a síntese do necessário

## **2. DA ANÁLISE DO RECURSO**

Quanto às alegações de erro no endereçamento; ausência de dados essenciais da petição; que o responsável pelo recurso não guarda qualquer vínculo com a empresa e que, o recurso é totalmente inválido, passa-se a análise.

Embora assiste razão a Recorrida quanto ao erro no endereçamento e a ausência de dados essenciais na petição, entendo que tais vícios não tem o condão de causar qualquer prejuízo a análise do recurso, visto que, embora a petição esteja endereçada ao prefeito municipal, a mesma foi protocolada junto ao Consórcio. Relativo aos dados julgados essenciais pela recorrida, para a interposição de recurso, tais como carimbo do CNPJ, telefone, endereço divergente do endereço do CNPJ, também entendo que não causará nenhum prejuízo a análise do recurso.

Entretanto, em relação a ausência de procuração nos autos, entendo que a falta de representação do procurador torna inexistente as alegações apresentadas pela Recorrente, tendo em vista que este é requisito essencial para a interposição de recurso.



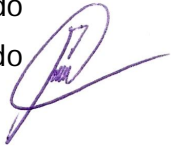
Verifica-se que no preâmbulo da petição, há a qualificação do proprietário da empresa, bem como a indicação de procurador devidamente inscrito na OAB do Paraná sob o nº 44.127. Entretanto, não há qualquer identificação do responsável pela assinatura existente no referido recurso, bem como inexistente no processo qualquer instrumento procuratório em nome do advogado qualificado como subscritor da petição, **Dr. Wagner Taporoski Moreli de quem pertence a identificação da OAB citada.**

Assim, verifica-se que o presente recurso é inexistente, face a ausência de procuração. Corroborando tal entendimento, apresenta-se os julgados abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO - RECURSO INTERPOSTO POR TERCEIRO - **AUSENCIA DE REPRESENTAÇÃO** - NÃO CONHECIMENTO DAS RAZÕES - REJEIÇÃO DE PLANO - EXCESSO DE FORMALIDADE NÃO CONFIGURADA - NOTÓRIA CIÊNCIA DO AUTOR QUANTO À NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO. LEI 9784/99. PROVIMENTO DO APELO - INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

**1. O processo administrativo deve ser analisado sob o enfoque constitucional**, devendo ser pautado, portanto, pelos princípios da razoabilidade, eficiência, instrumentalidade das formas, contraditório e ampla defesa, devido processo legal, dentre outros.

**2. A decisão que rejeitou o recurso do contribuinte por ausência de procuração não se mostra excessiva**, visto que o ofício que lhe fora enviado para intimar quanto à decisão proferida no processo administrativo fez constar, de forma clara e objetiva, que, caso o autor quisesse interpor recurso, deveria, "além de fazer referência ao número do processo supra, estar, obrigatoriamente, acompanhado de cópia do estatuto ou do contrato social da pessoa jurídica e também, quando assinado



por procurador, da competente procuração" (Ofício nº 772/DG/ESDF, expedido em 26/01/06).

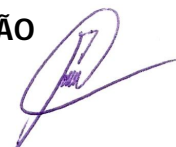
3. Se não bastasse tal advertência, a parte requerente já tinha sido informada, em oportunidade anterior, que eventual manifestação a ser apresentada no processo administrativo deveria conter, "obrigatoriamente, a assinatura (semelhante à dos atos constitutivos), com a identificação nominal do signatário, e a comprovação da sua capacidade para assinar ou outorgar poderes para representação mediante envio de cópia dos atos constitutivos da empresa onde conste a cláusula de administração ou gerência e, se for o caso, da procuração, sob pena de não conhecimento das alegações e do seu desentranhamento dos autos" (Ofício nº 6228 ANP/CEFP/DF, expedido em 09/05/05).

4. **O recurso subscrito pelo contador da empresa no Processo Administrativo, sem a devida representação, não pode ser considerado como mera irregularidade**, visto que plenamente ciente da exigência processual. Invocar a incidência dos princípios constitucionais nesta oportunidade é o mesmo que beneficiar a empresa autuada de sua própria torpeza.

5. A conduta do autor infringiu, inclusive, o inciso III do artigo 63 da Lei 9.784/99, legislação que discorre sobre as normas gerais do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. 6. Reforma da sentença é medida que se impõe. 7. Ficam invertidos os ônus sucumbenciais. 8. Agravo retido do contribuinte não conhecido e apelação provida.

(TRF-3 - AC: 8897 SP 2007.61.02.008897-4, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CECILIA MARCONDES, Data de Julgamento: 10/02/2011, TERCEIRA TURMA)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADVOGADO TITULAR DO CERTIFICADO DIGITAL. **FALTA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS. RECURSO INEXISTENTE.** SÚMULA 115/STJ.



1. É inexistente os embargos de declaração quando o advogado titular do certificado digital utilizado para assinar a petição eletrônica não possui procuração nos autos. Incidência da Súmula 115/STJ. Precedente: AgRg no REsp 1347278/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 01/08/2013. 2. Embargos de declaração não conhecidos.

(STJ - EDcl no AgRg no REsp: 1471494 RS 2014/0187278-4, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014)

Embora seja o presente recurso inexistente, em louvor ao princípio do contraditório e da ampla defesa, opto pela análise de cada item apontado como irregular, bem como a justificativa apresentada pela Recorrida.

Impugnando a alegação, a Recorrida alega que, o que deve ser levado em consideração é o existente na proposta de preços, que está em consonância com o estabelecido no edital de licitação e não as imagens dos projetos, tendo em vista que os mesmos são projetados de acordo com a necessidade de cada cliente. Apresenta novas imagens onde se comprova a existência dos itens tidos como irregulares.

Assim, quanto aos itens apontados como irregulares pela Recorrente, percebe-se que o fundamento principal consiste na existência de material com imagens que não representaria as exigências do edital. De outro lado, a Recorrida alega que a proposta de preços está em estrita observância ao edital e que as imagens levadas ao Consórcio são meramente ilustrativas. Apresenta novas imagens em consonância com a proposta de preços apresentada. Entendo que assiste razão a Recorrida, pois a mesma apresenta novas imagens condizentes com a proposta de preços. Assim, se

havia alguma irregularidade, a mesma foi regularizada, até porque, agora tem-se uma visão geral do que realmente a empresa entregará ao Consórcio.

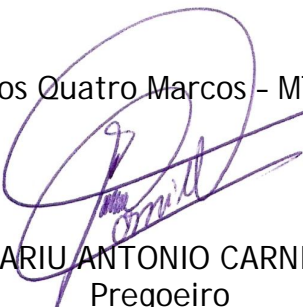
Quanto a alegação de inexequividade da proposta apresentada, a Recorrida esclarece que para elaboração da sua proposta de preços a mesma realizou cálculos e que é perfeitamente possível a entrega dos produtos com base nos preços ofertados.

De outra banda, se analisarmos a ata de registro de preços, percebemos que a empresa Amazônia Equipamentos apresentou a proposta inicial no valor de R\$ 277.254,00, sendo a segunda colocada. Em seguida, apresentou os lances nos valores de R\$ 197.200,00 e por fim R\$ 183.000,00, enquanto que a proposta vencedora da NKS foi de R\$ 180.000,00. Dessa forma, percebe-se que a diferença entre o lance ofertado pela empresa Amazônia Equipamentos e a vencedora do certame é de apenas R\$ 3.000,00, ou seja de apenas 1,66%. Portanto, não assiste razão a empresa Amazônia Equipamentos, tendo em vista que ela própria se propôs a executar os serviços por preços semelhantes.

### **3. CONCLUSÃO**

Pelo exposto, entendo satisfatório as alegações da Recorrida e opto pela adjudicação do Lote 12 em favor da empresa NKS Indústria de Máquinas Eireli – ME, vencedora do certame licitatório.

São José dos Quatro Marcos - MT, 28 de novembro de 2.014.



DARIU ANTONIO CARNIEL  
Pregoeiro